

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 849.788 - RJ (2016/0017764-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADOS : JAYME RODRIGO DO VALE CUNTIN PEREZ E OUTRO(S) -
RJ067002
SÉRGIO COELHO E SILVA PEREIRA - RJ075789
GUILHERME BRITO DE AZEREDO LOPES - RJ155355
AGRAVADO : ROBERTO PINHEIRO SANTOS
ADVOGADO : VALENTIM THEOPHILO DOS SANTOS FILHO E OUTRO(S) -
RJ049219
INTERES. : ENCOL S/A ENGENHARIA, COMERCIO E INDUSTRIA
ADVOGADO : PRISCILLA HIRSCHFELD - RJ093169

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/73), interposto por **CARVALHO HOSKEN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 111/113 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 55, e-STJ):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA QUE SE RESSUSCITA INDEVIDAMENTE, EIS QUE ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA, RAZÃO PELA QUAL NÃO COMPORTA REANÁLISE. IMPUGNANTE QUE DEVE DEVOLVER AO IMPUGNADO O TOTAL DOS VALORES PAGOS PELA UNIDADE IMOBILIÁRIA, CONFORME DECIDIDO EM SENTENÇA E CONFIRMADO PELO SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SE MANTÉM. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 76/81, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reconhecer o excesso de execução. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 468, 469, 475-L, 535, do CPC/73. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, assim como excesso de execução.

Contrarrazões às fls. 105/107, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: (i) rever a conclusão do tribunal demandaria o reexame de fatos e provas; e (ii) incidência da súmula 284/STF.

Daí o presente agravo (fls. 122/129, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 133/135, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação do artigo 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - **existência de renúncia de valores** - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 59/62, e-STJ):

"[...] Em fase de cumprimento, impugnou a parte ré sob o argumento de excesso de execução, sustentando não ser devida a devolução de importes que o consumidor, durante três anos, pagou em favor da Encol, mas tão somente das prestações pagas diretamente ao impugnante. **Baseou-se no documento juntado aos autos em que o autor teria renunciado aos referidos valores.** [...] E, ainda, devem ser assinaladas as informações prestadas pela Contadoria Judicial (Fls 90 – índice 90) : ... esta contadoria pede vênias para informar a V. Exa. que na elaboração dos cálculos de fls 705/709, **incluímos as parcelas pagas à Encol, tendo em vista que a questão quanto à devolução das referidas parcelas foi decidida na sentença de fls 291/298.** Vale lembrar que, em nome da segurança jurídica, consolidaram-se institutos jurídicos desenvolvidos historicamente e plenamente acolhidos por nosso ordenamento, com destaque para a coisa julgada."

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. No caso concreto, o Tribunal local, após analisar o documento juntado aos autos, entendeu que a questão estaria acobertada pelo manto da coisa julgada.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 59/62, e-STJ):

"[...] Em fase de cumprimento, impugnou a parte ré sob o argumento de excesso de execução, sustentando não ser devida a devolução de importes que o consumidor, durante três anos, pagou em favor da Encol, mas tão somente das prestações pagas diretamente ao impugnante. **Baseou-se no documento juntado aos autos em que o autor teria renunciado aos referidos valores.** [...] **Observa-se que a parte ré vem repetindo os mesmos argumentos desde a peça de bloqueio, o que foi objeto de análise tanto em sentença como em julgamento de apelação, devidamente fundamentados, que decidiram pela obrigação de restituição do valor integral pago pelo imóvel, sem ressalva da parte que foi atribuída à Encol.** [...] E, ainda, devem ser assinaladas as informações prestadas pela Contadoria Judicial (Fls 90 – índice 90) : ...esta contadoria pede vênias para informar a V Exa. que na elaboração dos cálculos de fls 705/709, incluímos as parcelas pagas à Encol, tendo em vista que a questão quanto à devolução das referidas parcelas foi decidida na sentença de fls 291/298. [...] Vale lembrar que, em nome da segurança jurídica, consolidaram-se institutos jurídicos desenvolvidos historicamente e plenamente acolhidos por nosso ordenamento, com destaque para a coisa julgada."

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido em relação à questão discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão, uma vez que seria necessário o

reexame do conjunto fático-probatório dos autos, que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, Dje 1/7/2016).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1064314/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 535 do CPC/73. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. A Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos e na interpretação da decisão exequenda, afastou a alegação de que a recorrente não dispõe dos meios para cumprir a obrigação de prestar contas, **bem como consignou a incidência da coisa julgada sobre a questão da apresentação dos documentos hábeis a demonstrar a correção de tais contas. Assim, resta claro que a convicção formada pelo Tribunal de origem decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ) e impede o conhecimento do recurso. Ademais, "em regra, a interpretação das instâncias ordinárias acerca do título exequendo, ainda que judicial, não se submete ao crivo do recurso especial, por encontrar o óbice de que trata o enunciado n. 7, da Súmula"** (AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 22/03/2012).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1036919/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO RECONHECIDA. DESACERTO DA DECISÃO AGRAVADA. RECONSIDERAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. LAUDO PERICIAL. OFENSA A COISA JULGADA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS. PRECLUSÃO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO

ESPECIAL.

1. Agravo interno contra decisão que julgou prejudicado o recurso especial pela superveniente perda de objeto. Reconsideração.

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

3. Não é possível, na via especial, a modificação das premissas lançadas no v. acórdão recorrido acerca da adequação do cálculo elaborado pelo perito judicial com a coisa julgada, tal como propugnada, pois a isso se opõe o óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. A fundamentação apresentada pelo Tribunal de origem, relativa à preclusão da questão relativa ao termo a quo dos juros, não foi impugnada nas razões do recurso especial. Súmula 283/STF.

5. Agravo interno provido para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no OF no AREsp 708.474/DF, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 04/09/2018)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator